

REVISTA DE
HISTÓRIA
DAS IDEIAS



PORTUGAL

VOLUME 28, 2007

INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS
FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

MAZZINI NO PENSAMENTO DOS UTÓPICOS PORTUGUESES

República, Democracia, União dos Povos

A revolução liberal, que ocorreu em Nápoles em 1820, teve o seu eco em outras regiões de Itália e provocou a reacção contrarrevolucionária dos governos italiano e austríaco. Assim, muitos emigrados políticos italianos alistaram-se em legiões estrangeiras, refugiaram-se em França, na Bélgica e na Península Ibérica. Por exemplo, Arcangelo de Dominicis estabeleceu contactos com mações, em Lisboa, quando se preparava a revolta liberal de 1820. Também Guglielmo Pepe⁽¹⁾ tinha atravessado a Espanha e procurou reunir liberais de Nápoles, do Piemonte, portugueses e espanhóis, e de outros países, com o intuito de formar a sociedade "Irmãos Constitucionais Europeus". De facto, o italiano Pepe, mas também Vincenzo Pisa, como o activo militante Giuseppe Pecchio tiveram um acolhimento amigável nas Cortes portuguesas*^{1 (2)}.

* Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e CEIS20.

(1) Guglielmo Pepe (1783-1855), general, participou na revolução liberal no Reino das Duas Sicílias. Exilado, chega a Lisboa em Julho de 1821. Regressaria a Itália em 1848 onde combateu os austríacos. Alvo de repressão, saiu de Itália para voltar a Turim em 1850 e aqui viveu os últimos anos ("Guglielmo Pepe", in *Enciclopédia italiana*, vol. XXVI, Roma, Instituto Enciclopédia Italiana, 1935, pp. 709-710).

(2) Henrique de Campos Ferreira Lima, "O general napolitano Guilherme Pepe em Portugal", *Boletim do Arquivo Histórico Militar*, Vila Nova de Famalicão,

É verdade que o colapso da experiência liberal vintista em Portugal teria feito esmorecer as esperanças dos exilados italianos. Também a reacção absolutista obrigou alguns deles a procurar asilo na América do Sul, em particular no Brasil. Não admira, pois, que D. Pedro incorporasse nas suas fileiras um número considerável de italianos. Outros, recrutados na Bélgica e em França, constituíram uma Companhia Italiana e tomaram parte activa na guerra civil de 1832-1834. Proclamada a vitória dos liberais em 1834, muitos dos voluntários italianos apoiaram a rainha D. Maria II e o regime constitucional, tendo integrado o regime dos "Caçadores do Porto"⁽³⁾.

No entanto, é curioso assinalar que, entre esses exilados, Nicola Arduino numa carta de 18 de Janeiro de 1835 a Luigi Amedeo Melegari comunicava que se desse conta a Pippo (Mazzini) que tudo deixaria para combater pela Itália. A constituição da *Giovine Italia*, em Julho de 1831, consubstanciava o programa político de Giuseppe Mazzini (1805-1872): ideal republicano e organização democrática. A luta pela independência nacional e a libertação da Itália do jugo estrangeiro estimulavam Mazzini a vivificar a ideologia nacional mediante uma estrutura política mais directa. Lembre-se que para alguns historiadores a *Giovine Italia* foi considerada "come il primo partito italiano nel senso ottocentesco del termine"* * 3 ⁽⁴⁾. É que, para Mazzini, as sucessivas insurreições que ocorriam desde 1831 fizeram-no reflectir. A seu ver, não era já pela via conspirativa da Carbonária que se poderia consolidar a

vol. XVIII, 1948, pp. 1-7; R. Moscati, *Guglielmo Pepe*, Roma, Vittoriano 1938, vol. I, pp. 228-229; E. Michel "Esuli politici italiani in Portogallo (1815-1861)", in *Relazioni storiche fra l'Italia e il Portogallo. Memorie e documenti*, Roma, Reale Accademia d'Italia, 1940, pp. 443-468. Leia-se Maria Manuela Tavares Ribeiro, "Mazzini e il mazzinianesimo in Portogallo", *Nuova Antologia*, Le Monnier, Firenze, n. 2227, luglio-settembre, 2003, pp. 229-255.

⁽³⁾ Veja-se a lista e a identificação dos oficiais italianos em Henrique de Campos Ferreira de Lima, "Uma Companhia italiana no exército libertador (1832-1834)", *Boletim do Arquivo Histórico Militar*, Vila Nova de Famalicão, vol. XII, 1937, p.17.

⁽⁴⁾ A. Galante Garrone, "Mazzini in Francia e gli inizi della Giovane Italia", in *Mazzini e il mazzinianesimo*, Roma, Istituto per la Storia del Risorgimento Italiano, 1974, pp. 191-240; A. Scirocco, *L'Italia del Risorgimento*, Bologna, Il Mulino, 1990, p. 182.

unidade italiana. Isto é, tomava-se imperioso um programa de educação e de propaganda que divulgasse os ideais de liberdade⁽⁵⁾.

Não deixa de ser importante sublinhar que o exílio de Mazzini em França, de 1831 a 1833, estimulou no pensador genovês a ideia da necessidade de uma organização nacional em Itália e de uma propaganda que se alicerçava fundamentalmente na crença indefectível na *associação*.

Mazzini conhecia bem a doutrina sansimoniana, as teorias de Filipe Buonarroti (1761-1837), de H.-Félicité Robert de Lamennais (1782-1854), de J. Charles Léonard de Sismonde de Sismondi (1773-1842)⁽⁶⁾. Porém, Mazzini elabora a sua própria teoria política - síntese dos ideais democráticos e de inspiração religiosa. Ou seja, a conquista da democracia liberal, como um acto de fé, firmava-se, na tese mazziniana, na reivindicação dos direitos dos indivíduos e das nações. Tal "desígnio divino" pressupunha a missão dos povos no quadro de uma visão orgânica que tinha como base o princípio da *associação*. Para Mazzini, associação significa "fratellanza degli Italiani credenti in una legge di Progresso e di Dovero". Assim se restituiria à Itália a Nação *Una, Independente, Soberana*⁽⁷⁾. A solução unitária era, pois, a via necessária. Em 1831, escrevia Mazzini: "Senza unità di credenza e di patto sociale, senza unità di legislazione politica, civile, e penale, senza unità d'educazione e di rappresentanza,

⁽⁵⁾ Nunzio Dell'Erba, "Giuseppe Mazzini. Partito, Nazione e associazionismo operaio", *Rassegna Storica del Risorgimento*, Roma, anno XCII, fase. IV, ottobre-diciembre 2005, p. 548. Leia-se *Giuseppe Mazzini. L'uomo e le idee*, Roma, Edizioni Nuova Repubblica, 1998 e Jean-Yves Frétygné, *Giuseppe Mazzini. Père de l'unité italienne*, Paris, Fayard, 2006.

⁽⁶⁾ Veja-se, entre outros, A. Galante Garrone, "Mazzini e il sansimonismo", in *idem, Salvemini e Mazzini*, Messina - Firenze, D'Anna, 1981, pp. 136-156; e Filippo Buonarroti e i rivoluzionari dell'Ottocento (1828-1837), Torino, Einaudi, 1951, pp. 352-385; L. Pivano, *Lamennais e Mazzini*, Torino, Associazione Mazziniana Italiana, 1958 e L. Le Guillou, "Lamennais et Mazzini", in *Quaderno filosofico della Facoltà di Magistero dell'Università di Lecce*, 1981, n. 5, pp. 127-140; G. Ferreti, "Sismondi e Mazzini", in *Studi su G. C. L. Sismondi*, raccolti per il primo centenario della sua morte, Roma - Bellinzona, Cremonese - Istituto Editoriale Ticinese, 1945.

⁽⁷⁾ G. Mazzini, "Istruzione generale per gli affratellati nella Giovine Italia (1831)", in *Scritti editi ed inediti*, Imola, Cooperativa Tipografico-Editrice Paolo Galeati, 1907, voi. 2, p. 45. Veja-se G. Mazzini, *Pensieri sulla democrazia in Europa*, T ed., a cura di S. Mastellone, Milano, Feltrinelli, 2005, pp. 65-133.

non v'è Nazione⁽⁸⁾. Unidade, entenda-se, unidade republicana. Para a consumir, apontava Mazzini a necessária propaganda educativa e a insurreição que prepararia a verdadeira revolução. Ultrapassando os limites da Carbonária, impunha-se a formação da *Giovine Italia*, como "partido" em que a "crença e apostolado", os "deveres" e o "progresso" representavam as ideias reguladoras da República e da Unidade. A insurreição organizada legitimava-se, segundo a óptica mazziniana, pela ausência de um exército regular e deveria incitar, para conseguir a libertação do território nacional italiano, a eleição dos representantes populares numa assembleia constituinte que, para Mazzini, seria a "única sorgente d'autorità dello Stato"⁽⁹⁾. Luta pela república, luta pela igualdade de direitos, luta pelo desenvolvimento das forças sociais que pudessem garantir uma ampla liberdade às "comunidades locais", isto é, na base de um sistema autonómico. Ou seja, a solução unitária que a *Giovine Italia* propalava era imprescindível à Itália dividida. A recusa da monarquia enquanto negação da liberdade e a fundação de um Estado republicano eram pedras basilares do progresso da sociedade e do progresso gradual da perfectibilidade humana. Daí que, para Mazzini, a defesa da República decorra de uma visão democrática. A esta luz, concebia, pois, a República fundada na soberania popular, no regime representativo, na prática do sufrágio universal, na educação e instrução generalizada, na política social que conduziria ao melhoramento das classes mais desfavorecidas⁽¹⁰⁾.

Mazzini advogava, portanto, um princípio político unitário de organização central de modo a não impedir a evolução da autonomia administrativa. Assim, escrevia: "La *Giovine Italia* è Unitária perché, senza unità non v'è veramente Nazione - perchè, senza Unità non v'è forza, e l'Italia, circondata da nazioni unitarie, potenti, e gelose, ha bisogno anzi tutto d'essere forte [...] tutte le obbiezioni fatte al sistema unitario si riducono

⁽⁸⁾ G. Mazzini, *Istruzione...*, cit., voi. 2, p. 50.

⁽⁹⁾ G. Mazzini, "Necessità d'una Costituente (1835)", in *Scritti editi...*, cit., 1909, vol. VI, *Politica*, IV, pp. 51-54. Leia-se também F. Della Peruta, "Mazzini, Giuseppe", in *Il movimento operaio italiano. Dizionario biografico 1853-1943*, Roma, Editori Riuniti, 1977, vol. Ili, p. 397.

⁽¹⁰⁾ A. Scirocco, *L'organizzazione dello Stato nel pensiero di Giuseppe Mazzini*, Napoli, Edizioni Glauco, 1971, pp. 11-35 e, do mesmo autor, *L'Italia del Risorgimento...*, cit., pp. 177-193.

ad obbiezioni contro un sistema di concentrazione e di dispotismo amministrativo che nulla ha di comune coll'Unità"⁽¹¹⁾.

A esta luz, o federalismo era tido como uma tendência fraccionária e desmembradora da unidade nacional e instigadora de rivalidades locais: "[...] il Federalismo - escreve Mazzini - distruggerebbe dalle radiei la missione che l'Italia è destinata a compiere neH'Umanità"⁽¹²⁾.

Como instrumento de luta política, entre 1831 e 1833, Giuseppe Mazzini dota a nova associação da *Giovine Italia* de uma organização central, sem rituais, salvo o juramento, e alguns sinais identificativos secretos sem valor simbólico⁽¹³⁾. Porém, esta associação foi alvo de fortes repressões do governo italiano e feneceu com a expedição de Sabóia em Fevereiro de 1834. De facto, as conspirações dispersas, locais, mas isoladas, demonstravam a falta de coordenação do centro do associativismo mazziniano. Mas o exílio de Mazzini, na Suíça, estimulou a sua consciência política. Assim, em Abril de 1834, o revolucionário genovês fundou com outros emigrados alemães e polacos a *Giovine Europa*, organização com um carácter internacional, cujas linhas-mestras se definiam no princípio da independência das nações e na fraternidade europeia. A sua profissão de fé define-se muito claramente nestas palavras: "Crediamo nell'Associazione, che non è se non la credenza attiva in un solo Dio, in una sola legge e in un solo Fine [...], come in metodo del Progresso, come nella sola via esistente di perfezionamento, così che al più alto grado possibile di progresso umano debba corrispondere la più vasta formola possibile d'associazione conquistata e applicata. Crediamo quindi nella Santa Alleanza dei Popoli, come quella ch'è la più vasta formola d'Associazione possibile nell'Europa nostra - nella libertà e nell'eguaglianza dei popoli [...]"⁽¹⁴⁾.

⁽¹¹⁾ G. Mazzini, "Istruzione generale...", *cit.*, in *oh. cit.*, voi. 2, *cit.*, p. 50.

⁽¹²⁾ *Idem, ibidem*, pp. 33-34.

⁽¹³⁾ F. Della Peruta, *Mazzini e i rivoluzionari italiani. Il "partito d'azione", 1830-1845*, Milano, Feltrinelli, 1974, 22 e S. Mastellone, *Il progetto politico di Mazzini (Italia-Europa)*, Firenze, Olschki, 1994, p. 35.

⁽¹⁴⁾ G. Mazzini, "Alla gioventù italiana", in *La Giovine Italia*, giugno 1834, in *Scritti...*, *cit.*, 1909, voi. 6, *Politica*, III, p. 384, Cf. Nunzio Dell'Erba, *art. cit.*, pp. 553-554.

De 11 a 15 de Abril de 1834 é constituído o órgão central da *Giovine Europa*. O europeísmo de Mazzini está bem explícito na Antologia dada a público em 1839. E escreve nesta sua obra que sugestivamente intitulou *D'una letteratura Europea*: "Esiste in Europa una concordia di bisogni e desiderii, un comune pensiero, un'anima universale che avvia le nazioni per sentieri conformi ad una medesima meta [...], la storia europea sta per cominciare"⁽¹⁵⁾.

A verdade é que a organização conspirativa desencadeou polémica, embora estéril. Apesar dos núcleos inaugurados na Alemanha, Polónia, Suíça, o certo é que Mazzini tinha a percepção clara da dificuldade em resolver as dissensões internas. Como tal, sem poder concretizar o seu plano político no âmbito da associação *Giovine Europa*, o genovês parte para Inglaterra em Janeiro de 1837. Consagra aí a sua acção à causa da "municipalidade irlandesa" e "às assembleias provinciais do Canadá".

Importa sublinhar que a união ibérica foi também alvo da atenção de Mazzini e, em 1835, escrevia: "Se qualcosa sta scritto nei destini della Penisola, non è già il suo smembramento federativo; è piuttosto la sua fusione col Portogallo"⁽¹⁶⁾. E fundamenta a sua tese que antecipa em alguns anos o grande debate peninsular sobre a união ibérica. É que, no mapa europeu, as novas nacionalidades deveriam ser "massas unitárias" como outras reforçariam o seu poder e o seu equilíbrio. Por isso, a ordem europeia, na linha de pensamento mazziniano, consolidar-se-ia pela formação de grandes nacionalidades. Nesta perspectiva, explica de forma bem clara: "Il Portogallo non è che un'appendice dell'altopiano spagnolo. Y suoi quattro fiumi vengono ad esso della Spagna. Le sue montagne continuano le catene esperiche di Spagna. I suoi abitanti appartengono allo stesso ceppo. La sua linea di divisione è del tutto fittizia. Basterebbe forse una ferrovia tra Madrid e Lisbona per annientarla"⁽¹⁷⁾. A seu ver, existia uma continuidade geográfica,

⁽¹⁵⁾ Cf. L. Salvatorelli, *Il pensiero politico italiano da 1700 al 1870*, Torino, Einaudi, 1942, pp. 223-227.

⁽¹⁶⁾ G. Mazzini, *Scritti editi e inediti*, vol. VI, Imola, Cooperativa Tipografica - Editrice Paolo Galeati, 1927, p. 90. Em carta escrita a Francesco Crispi, em 1858, afirma que é oportuno criar um "partito d'azione in Portogallo", *ibidem*, voi. LXI, pp. 349-350.

⁽¹⁷⁾ G. Mazzini, (1835) *ibidem*, voi. VI, p. 80. Leia-se Francesca Di Guisepppe, "Liberismo nella strategia internazionale di Guisepppe Mazzini", in *Mazzini dalla*

havia afinidades culturais, como tal, as fronteiras eram meramente artificiais. Por isso, propunha já, em 1835, a união ibérica. E esclarece: "[...] quando soprattutto la proclamazione del principio *popolare*, avrà cambiato interamente il punto di vista politico delle due popolazioni e ingrandito il loro orizzonte intellettuale, le due frazioni si confonderanno, l'unità spagnola sarà completa, e una grande missione comincerà per la Penisola Iberica"⁽¹⁸⁾.

Mazzini tem, então, uma experiência mais viva do sistema democrático representativo e do valor da liberdade na formação da consciência da dignidade e do respeito do indivíduo e da necessidade de denunciar os males sociais⁽¹⁹⁾. Não admira, portanto, que o pensamento político de Mazzini se centrasse mais insistentemente sobre a questão do governo republicano, sobre a sociedade democrática, sobre a questão social. Assim escrevia na carta dirigida à mãe, em 22 de Janeiro de 1838: 'Oggi [...] le idee e i bisogni che dappertutto cominciano a manifestarsi nel popolo stesso sono idee e bisogni di riavvicinamento sociale, di eguaglianza ben altrimenti importante che non è la mera egualianza d'alcuni diritti politici'⁽²⁰⁾.

A vivência em Inglaterra e o conhecimento particular da sociedade francesa, dos movimentos políticos e das doutrinas sociais tiveram uma influência notória no pensamento e na acção de Mazzini nos anos 40. Sublinhe-se, por exemplo, a criação em 30 de Abril de 1840 da segunda *Giovine Italia*. Nela acentua-se a importância da associação, do credo republicano, mas dava maior ênfase à questão operária. Compreende-se, deste modo, que a revolução nacional e o movimento patriótico deveriam, na sua opinião, alargar a base social ao operariado. Com este intuito, Giuseppe Mazzini funda em 10 de Novembro de 1840 o periódico *Apostolato popolare* que se mantém apenas até 30 de Setembro de 1843. Porta-voz do programa mazziniano, esta folha anuncia como subtítulo "Libertà, eguaglianza, umanità, indipendenza, unità - Dio e popolo - Lavoro e frutto proporzionato". Trata-se de um jornal destinado aos operários que procurava animar o sentimento patriótico consubstanciado

Giovine Europa alia Grande Europa, Roma, Carocci, 2007, pp. 84-97.

⁽¹⁸⁾ *Idem, ibidem*, pp. 90-91.

⁽¹⁹⁾ S. Mastellone, *Mazzini scrittore politico in inglese. Democracy in Europe 1840-1855*, Firenze, Olschki, 2004, *passim*.

⁽²⁰⁾ G. Mazzini, *Scritti... cit.*, 1912, *Epistolario*, VI, p. 250.

na prática da democracia nacional, da associação, da constituição da "Unione degli operai italiani" como secção da *Giovine Italia*.

O conhecimento da realidade politico-social italiana deu ensejo ao seu programa político. Isto é, o carácter despótico do Estado fez Mazzini equacionar os fundamentos da Política em dois pilares fundamentais: a Associação e a Nação. A Associação, como núcleo constitutivo da sociedade, e a Nação, como meio de transformação do comportamento humano através da liberdade e da igualdade. Em 1871 reforça esta ideia. Assim escreve: "La Nazione è il mezzo, l'umanità il fine"⁽²¹⁾. O conceito de Nação de Mazzini ilustra muito claramente como ela não é uma entidade fixa, mas é uma categoria histórica mutável que pode, desta forma, assumir características diversas em várias épocas. A este propósito, explicita: "la Nazione è non un territorio da farsi più forte aumentandone la vastità, non una agglomerazione d'uomini parlanti lo stesso idioma [...] ma un tutto organico per unità di *fine* e di *facoltà*, vivente d'una fede e d'una tradizione propria, forte e distinto dagli altri per un' attività speciale a compire una missione secondaria, grado intermedio alla missione generale dell'umanità"⁽²²⁾.

Ainda no curso de 1846 é reorganizada a *Giovine Europa*, em Londres, com a colaboração de emigrados alemães e polacos. Numa série de artigos publicados no periódico *The People's Journal*, Mazzini expõe como a via democrática não era uma mera utopia. Era, sim, um movimento que, se na sua génese, havia sido uma tendência de inspiração cristã, que poderia e deveria então tomar-se uma *praxis* nos países europeus. Mas não para privilegiar uma classe específica. Desta forma, o revolucionário italiano contrapunha o seu pensamento democrático à doutrina marxista, ao defender a "libertà, associazione, progresso di tutti ad opera di tutti". De facto, essa fé na democracia e no governo representativo patenteia-se bem durante os acontecimentos de 1848 e no momento da proclamação da República romana em 9 de Fevereiro de 1849. Não admira, portanto, que definisse o comunismo como conceito "antiprogressista", hostil à liberdade humana. Mazzini propunha a associação progressiva como "desiderio di sostituire alla sfrenata anarchia di diritti e privilegi

⁽²¹⁾ G. Mazzini, "Nazionalismo e nazionalità" (1871), in *Scritti...*, cit., 1941, voi. 93, *Politica*, XXX, p. 30.

⁽²²⁾ *Idem, ibidem*, p. 92. Cf. Nunzio Dell'Erba, *art. cit.*, p. 558.

individuali.⁽²³⁾ E, para consolidar a República, defendia arduamente a organização de um partido nacional e a convocação de uma Constituinte em Roma. A esta competia proclamar a República e a Constituinte italiana, instrumentos de unidade republicana que se consumaria na vitória contra o opressor no quadro de uma estrutura política central consolidada nestas linhas-mestras: república democrática, aliança dos povos, democracia nacional.

Assim, em 1849, Mazzini fundamentava a sua doutrina sobre o sistema representativo estruturado em comunas e em regiões. Este plano regionalista era, a seu ver, um princípio fundamental na construção da Associação Nacional, o mesmo é dizer, da "Italia del Popolo": "L'Italia - escreve - vuole essere Nazione Una: non d'unità napoleonica, non d'esagerato concentramento amministrativo che cancelli a beneficio d'una metropoli e d'un governo la libertà delle membra; ma d'unità di Patto, d'Assemblea interprete del Patto, di relazioni internazionali, d'eserciti, di codici, d'educazione, d'unità politica armonizzata coll'esistenza delle Regioni, ciscoscritte da caratteristiche locali e tradizionali e di grandi e forti Comuni, partecipanti quanto più possibile, coll'elezione, al Potere e dotati di tutti le forze necessaire a raggiungere l'intento dell'Associazione"⁽²⁴⁾.

De facto, a organização do Estado era urna suprema preocupação para Mazzini, mesmo após a unificação italiana. Contra a federação, Mazzini sustentava a unidade nacional e a importância da Região como unidade político-administrativa que deveria representar a "zona intermedia indispensabile" entre a Comuna e a Nação. Segundo Biagio Furiozzi, essa estrutura regionalista constituiria no projecto de Mazzini um freio "ad una eccessiva centralizzazione e ad un pesante centralismo"⁽²⁵⁾.

No plano social, a aplicação do princípio da igualdade pressupunha a associação. E a solução dos problemas sociais decorria da organização do Estado republicano. Só este poderia conseguir a emancipação

⁽²³⁾ G. Mazzini, "Sull'enciclica di Papa Pio IX. Agli arcivescovi e ai vescovi d'Italia", in *Scritti..., cit.*, voi. 39, *Politica*, XIV, p. 352.

⁽²⁴⁾ G. Mazzini, "Dell'ordinamento del partito" (1858), in *Scritti..., cit.*, voi. 63, *Politica*, XXI, p. 41. Cfr. A. Scirocco, *L'organizzazione dello Stato nel pensiero di Giuseppe Mazzini*, Napoli, Edizioni Glauco, 1971, pp. 21-35.

⁽²⁵⁾ Veja-se Biagio Furiozzi, "Il dibattito sul regionalismo", in *idem, Dall'Italia liberale all'Italia fascista*, Napoli, Edizioni Scientifiche Italiane, 2001, p. 17.

dos trabalhadores, favorecendo a associação democrática. Como tal, transformação política e transformação social são, no pensamento mazziniano, indissociáveis. A crítica de Mazzini ao capitalismo e ao comunismo, à abolição da propriedade privada, ao Estado "omnicomprensivo", ao individualismo, ao liberalismo, sustenta o seu pensamento democrático, o seu associacionismo, o seu interclassismo. Segundo Gavino Manca, "la democrazia mazziniana è assai più che un fatto associativo, è il segno dell'ordine politico e della giustizia sociale"⁽²⁶⁾.

A atenção e preocupação de Mazzini relativamente à questão da organização do Estado projectavam-se, na sua essência, na formação da unidade nacional. Considerava, portanto, que com a Constituinte, com a regulação do Pacto nacional, consolidada a vida social, religiosa e moral, não haveria já necessidade de um complexo ordenamento administrativo. A este propósito, refere Alfonso Scirocco, "Le precisazioni giuridiche cedono il passo alla fede nell'ideale, quella fede che è la sostanza stessa del pensiero di Giuseppe Mazzini"⁽²⁷⁾.

Mazzini sonhava com a Europa dos Povos e, nos anos 70, a revolução espanhola de 1868 e a guerra franco-prussiana de 1870 alimentaram a sua esperança de uma revolução republicana nos países europeus, a exemplo da Itália. A esta luz, entendia e acreditava que "L'Italia può, se vuole [...] assumersi una iniziativa che sarebbe quella di un'epoca"⁽²⁸⁾. No entanto, as suas esperanças e os seus sonhos foram-se esvanecendo.

Exilados políticos italianos em Portugal

A relativa estabilidade que se vivia em Portugal após a guerra civil de 1832-1834 propiciou a saída de uma grande parte dos imigrados italianos que prestaram particular colaboração às forças liberais espanholas contra os carlistas. Alguns, porém, permaneceram, dedicando-se ao comércio, tendo revelado também o seu empenhamento político durante a revolução

⁽²⁶⁾ Gavino Manca, *Grandi sfide del pensiero*, a cura di Fabio Magrino, Milano, Libri Scheiwiller, 2003, p. 94.

⁽²⁷⁾ Alfonso Scirocco, "L'ordinamento dello Stato repubblicano nel progetto politico di Giuseppe Mazzini", *Rassegna Storica del Risorgimento*, anno XCII, fase. IV, ottobre-dicembre 2005, pp. 483-506.

⁽²⁸⁾ Cf. F. Chabod, *Storia della politica estera italiana dal 1870 al 1986*, Roma-Bari, Laterza, 1962, pp. 67-69 e Francesca Di Giuseppe, *art. cit.*

de Setembro de 1836⁽²⁹⁾. De facto, nos anos 40, alguns desses emigrados italianos propagandeavam a doutrina mazziniana. Por exemplo, Luigi Tinelli di Laveno⁽³⁰⁾, cônsul no Porto, foi responsável nesta cidade pela propaganda mazziniana, pela divulgação de panfletos, talvez mesmo do jornal *Apostolato popolare*, porta-voz da doutrina de Mazzini. Perspectivava-se já a criação, em Portugal, de um núcleo de representação da *Giovine Italia*⁽³¹⁾. Também em Lisboa, no Café Toscano, propriedade de Cesare Perini, e com outros emigrados (José Luiz Eduardo Torres, Giacomo Durando, Emanuele Zuppi)⁽³²⁾, se fazia eco dos ideais revolucionários do apóstolo Mazzini. Como no Porto se organizou, mercê da actividade do médico Carradori, uma secção da *Giovine Europa*⁽³³⁾. Esta militância dos exilados políticos italianos suscitava preocupação aos governantes portugueses. É curioso referir que o austríaco Hubner, residente em Lisboa, comunicava em carta de 3 de Julho de 1843, a Metternich:

(29) Veja-se E. Michel, *art. cit.*, p. 455. Leia-se G. Canevazzi, "Nella giovinezza di Enrico Cialdini", *Rassegna Storica del Risorgimento*, 1, 1923, pp. 34-35.

(30) Luigi La veno (n. 1798), acusado de colaborador na conspiração mazziniana de 1833, foi condenado à morte a 29 de Setembro de 1835. Depois de encarceramentos sucessivos e de muitos tormentos vividos, a sua pena foi comutada, podendo, todavia, optar pelo exílio (*Protocollo della Giovine Italia. Congrega generale di Francia*, vol. I, 1840-1842, Imola, Cooperativa Tipográfico-Editrice Paolo Galeati, 1916, pp. 116-118). Nomeado cônsul, no Porto, pelo governo dos Estados Unidos, em 1848 voltou à pátria, mas em breve regressaria a Portugal onde subscreveu a certidão de óbito do rei Carlos Alberto (T. Palamenghi - Crispi, "Gli italiani nelle guerre di Spagna. Corrispondenza di patrioti italiani. Dall'archivio di Nicola Fabrizi", in *Il Risorgimento italiano*, VII, 1914, p. 118).

(31) O *Protocollo della Giovine Itália...*, *cit.*, p. 116, refere concretamente que havia outras confrarias da *Giovine Italia* na América, em Portugal e em Espanha.

(32) José Luiz Eduardo Torres, nascido no Piemonte, licenciado em Leis pela Universidade de Turim, veio para Portugal com o major Urbanis. Giacomo Durando (1807-1894), com o seu irmão Giovanni Durando, naturais de Mandovi, chegaram a Portugal, integraram o Batalhão de Caçadores do Porto e, como militares, regressaram a Itália tendo combatido contra os austríacos em 1848, e participaram na batalha de Novara em 1849. O calabrês Emanuele Zuppi desembarcou no Porto em 1833 e tomou parte na guerra civil entre liberais e absolutistas. Sobre estes e outros combatentes italianos em Portugal veja-se Henrique de Campos Ferreira de Lima, *art. cit.*

(33) *Protocollo della Giovine Italia*, *cit.*, p. 68. Cf. ainda P. Casana Testore, "Giacomo Durando", in *Dizionario biografico degli italiani*, Roma, Società gráfica romana, 1993, voi. XLII, pp. 97-101.

"[...] il parait, en générale, que dans les derniers temps de travail de la propagande révolutionnaire s'est de préférence dirigée du côté de la Péninsule, où Barcelone et Gibraltar servent de points de ralliement à ses émissaires//⁽³⁴⁾.

Em Janeiro de 1842, a vitória de Antonio Bernardo da Costa Cabral e dos cartistas e a restauração da Carta Constitucional de 1826 vieram encorajar uma vez mais a ala liberal mais radical e, nela, também militares italianos deram o seu contributo. Por isso, muitos deles foram expulsos do território português. É o caso, por exemplo, do tenente-general genovés Girolamo Romanino⁽³⁵⁾. Igual sorte tocou a compatriotas seus. O número de exilados italianos em Portugal decresceu devido, por um lado, ao cerceamento dos privilégios que os estrangeiros auferiam e, por outro lado, dada a amnistia alargada aos condenados políticos por altura da eleição do Papa Pio IX. Pese ainda, a acção do Internúncio em Lisboa, Monsenhor Di Pietro. Recorde-se que durante a revolta nortenha da Maria da Fonte e da Guerra Civil (1846-1847) já eram poucos os exilados italianos residentes em terras lusas. Aliás, o Ministro dos Negócios Estrangeiros do rei Carlos Alberto declara que, apesar do número ser já reduzido, considerava de particular importância que os exilados não provocassem qualquer distúrbio, nem afrontassem o governo de D. Maria II, reiterando a necessária manutenção das boas relações luso-italianas⁽³⁶⁾. A verdade é que alguma liberalização do governo italiano e, sobretudo, as hostilidades com a Áustria explicam o seu regresso à pátria.

Carbonária e doutrina mazziniana - reflexos em Portugal

A Carbonária não teve em Portugal uma existência regular⁽³⁷⁾. Quando, em 1821, os exércitos austríacos da Santa Aliança frustraram as aspirações liberais dos italianos, muitos deles, napolitanos, piemonteses

⁽³⁴⁾ *Apud* E. Michel, *art. cit.*, p. 458.

⁽³⁵⁾ Henrique de Campos Ferreira de Lima, *Batalhão de Voluntários Franceses de Ramorino ou de de Penique*, Coimbra, 1934.

⁽³⁶⁾ *Dispaccio del Ministro degli Esteri*, Torino, 4-08-1846. *Apud* E. Michel, *art. cit.*, p. 460.

⁽³⁷⁾ Francisco Carromeu, *Dicionário de Carbonária em Portugal*, 2007, *passim*, (versão policopiada).

e outros procuraram refúgio nos países europeus onde se consolidava o liberalismo⁽³⁸⁾. Assim, como já referi, a Península Ibérica foi um espaço de acolhimento para os exilados políticos italianos. Relembre-se uma vez mais o caso do conhecido Guglielmo Pepe (1783-1855) que chegou a Portugal com o seu ajudante de campo, o coronel Pisa. Foi notícia no jornal *O Portuguez*: "O dia da chegada do general Pepe às nossas terras deve ser um dia de alegria para todos os portugueses..."⁽³⁹⁾. O "ilustre general", o "defensor da liberdade da sua pátria e dos direitos de todas as nações", o "campeão da liberdade em Nápoles", assim se referiam os jornais da época ao general Pepe. Cedo partiu para Inglaterra, consciente, todavia, da sua missão carbonária em Portugal. Por isso, numa carta de 19 de Abril de 1822 dirigida ao Coronel Vincenzo Piso escreve muito claramente que, em Portugal, era necessário "carbonizar" todas as milícias. E Pepe colheu, de facto, o apoio de deputados e ministros liberais. Entre outros, pode-se referir os nomes de Ferreira de Moura, de Morais Sarmiento, de Sepúlveda, de Silva Carvalho. Na Península Ibérica criou a Sociedade Constitucional dos Patriotas Europeus ou Regeneradores Europeus. O seu primeiro círculo teve a sede em Madrid, pese embora se programasse um outro círculo radicado em Portugal. Para concretizar o seu intento, Pepe manteve contacto com deputados portugueses. Era sua intenção criar uma Sociedade Europeia que fosse um baluarte frente aos movimentos antiliberais e contrarrevolucionários⁽⁴⁰⁾.

Outros carbonários exilados permaneceram em Portugal: Giuseppe Pecchio (1785-1830); o Conde Giacinto Provana di Collegno, amigo do rei Carlos Alberto e um dos insurrectos de Piemonte; Gaetano Borso di Carminati, genovês, fez parte do corpo de voluntários que combateu no cerco do Porto, em 1834, dando apoio aos liberais e a D. Pedro. E, neste mesmo ano, há notícia da fundação de uma Alta Loja e de três Barracas carbonárias em Lisboa: Viriato, Al Jubarrota, Pacheco. Divergências internas conduziram à sua extinção.

(38) Veja-se Luís A. de Oliveira Ramos, "Italianos na génese do Liberalismo em Portugal (Algumas observações)", in *Estudos em homenagem a Jorge Borges de Macedo*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica de Arqueologia e História, 1992, pp. 428-431.

(39) *Q Portuguez*, Lisboa, n.º 155, 19 julho 1821.

(40) Sobre o assunto, veja-se Isabel Nobre Vargas, "O salão literário no Portugal oitocentista", *Confluências*, Coimbra, n.º 13, 1995, pp. 191-202.

Só em 1848 a Carbonária é reorganizada pelo general Joaquim Pereira Coutinho e pelo padre António Jesus Maria da Costa, que adopta o nome simbólico de Ganganelli (nome de família do Papa Gregório XVI). A Carbonária Lusitana, sediada em Coimbra, contou com cerca de 500 membros entre 1848 e 1850, muitos deles professores e estudantes universitários, e alguns eram já membros de lojas maçónicas⁽⁴¹⁾. Ela assume carácter conspirativo, por isso, no acto iniciático, é entregue um punhal ao carbonário. Como no ritual maçónico, também os carbonários adoptam um nome simbólico, prestam juramento, e tratam-se, entre si, por *Benigno*. O símbolo distintivo é o triângulo, mas invertido. Sociedade secreta, também ela hierarquizada, é presidida pelo Supremo Conselheiro da Alta Loja. A sala onde decorriam as sessões tinha normalmente uma decoração que a assemelhava a uma gruta ou à cabana dos *carbonari*. Usava-se, portanto, uma profusa decoração com troncos, ramos e folhagem de árvores ou pinturas alusivas a esse ambiente natural.

O carbonário, à imagem do próprio Mazzini, é, deve ser, o apóstolo que luta pela liberdade e pela fraternidade, pelos princípios republicanos e democráticos. O exemplo de Mazzini, o "Cristo do século XIX" era, para os carbonários, paradigmático. Cada apóstolo, isto é, cada carbonário faria da sua vida uma missão. Missão esta que exigia sacrifício, martírio ou mesmo a morte, à semelhança da vida de Cristo, em prol da Salvação, o mesmo é dizer da emancipação dos povos, da Santa Aliança dos Povos. A simbologia carbonária é disso um exemplo: a cruz e a coroa de espinhos traduzem, de facto, essa ideia de Sacrifício, de Martírio, de Morte, ou seja, símbolos de heroísmo para os comuns mortais que lutam pela República, pela República Social, pela Fraternidade.

Isto é, a Carbonária Lusitana, na linha dos *carbonari* e da doutrina de Giuseppe Mazzini, assume uma visão religiosa do mundo e da vida.

Mas as desinteligências internas provocam, uma vez mais, profundas fricções que a conduzirão à extinção em 1850. É verdade que tentativas houve de recuperação quando, por exemplo, é criada, em 1853, uma *Cabana* com o nome do herói do movimento nacionalista húngaro,

⁽⁴¹⁾Leia-se Maria Manuela Tavares Ribeiro, "La carbonaria y la crisis europea (1848): Portugal y España - semejanzas", in *Symposium Internacional de Historia de la Masonería Española*, 4, Alicante, 1989, *Actas*, Inst. Cult. Juan Gilbert, 1990, pp. 853-865; Francisco Carromeu, *Dicionário de Carbonária em Portugal*, cit., pp. 126-127.

Kossuth. Também em 1852 fora já impresso o *Regulamento da Carbonaria Portuguesa*, o *Cobridor da Carbonaria Ecléctica Lusitana* e a *Organização das Choças*. Circulava ainda o *Projecto de Base da Organização da Carbonaria Lusitana* (ed. de Milão, 1842). Mas só em 1862 esta sociedade secreta seria reorganizada sob a direcção do republicano Abílio Roque de Sá Barreto. Como bem se sabe, nos últimos anos de Oitocentos a militância carbonária teria uma influência notória no movimento conspirativo contra a monarquia.

Também em 1848, e na linha de pensamento mazziniano, se publicitou a criação do jornal doutrinário *O Philanthropo*, folha carbonária que se anunciava com o subtítulo *A Voz do Povo e da Nação*. Ilustrava-a uma vinheta com uma cruz e o lema: Igualdade, Liberdade, Fraternidade, Verdade. Sublinhe-se a união simbólica da Cruz, de Deus, do Povo. Linguagem religiosa e discurso político. A este propósito, fazem sentido as palavras de Mazzini no seu escrito *Fede e avvenire*: "Dio e la sua legge, l'umanità e il suo lavoro d'interpretazione, progresso, associazione, liberta, egualianza, e il dogma del popolo, principio vitale del partito repubblicano, tutto si collega sul terreno della nostra credenza"⁽⁴²⁾.

República e ecumenismo

A doutrina cristã, portadora de ideais de filantropia e de solidariedade, tornou-se também modelo de todo um imaginário que subjaz à mentalidade romântica dos demo-republicanos portugueses. Nos seus textos, em prosa e em verso, traduz-se frequentemente esta simbiose de universalismo político e de ecumenismo religioso.

Assim, José Maria de Casal Ribeiro, estudante de Direito em Coimbra, no seu opúsculo *O Soldado e o Povo*, defende, com veemência, o sufrágio universal e a democratização do exército. "A missão do soldado - afirma - será a de combater pela justiça, pela causa dos povos, pelos direitos sagrados da humanidade". João Cândido de Carvalho, "o Padre Rabecão", e João Daniel Sines, apóstolos das doutrinas de Raspail, redactores do jornal anónimo, *O Regenerador. Jornal do Povo* (1848), apontam as causas e os

⁽⁴²⁾ G. Mazzini, "Fede e avvenire", in *Scritti di Giuseppe Mazzini*, Bologna, 1920, pp. 95-99.

factores dos males sociais e políticos e propõem um programa de reforma e de emancipação: a instauração do regime republicano para libertar os povos da monarquia "imoral e dissipadora". Alcançada a união de todos os homens, operários, artistas e soldados, vencidas as barreiras territoriais, ultrapassados os limites das nações, reforçar-se-ia a união dos povos. Mas na base deste ideal, alguns exaltam o ideal de federação ibérica e a defesa de uma forte oposição à hegemonia inglesa na Península Ibérica.

Fiéis à doutrina e ao espírito da revolução vitoriosa em França de '48, os portugueses demo-republicanos concebiam a república como o único regime capaz de operar a regeneração social necessária para a realização prática dos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade. A república era, em suma, o símbolo da felicidade realizada através da união fraterna dos cidadãos. Transparece de muitos folhetos e de obras de tendência democrática este objectivo primordial: missão pedagógica e propagandística. Por exemplo, os *Catecismos Republicanos*, as *Breves reflexões* sobre o governo republicano, as obras dos demo-liberais e socialistas utópicos como João Maria Nogueira (com profundas influências de Lamennais), Marcelino de Matos, Álvaro Rodrigues de Azevedo, António Pedro Lopes de Mendonça tecem detalhadamente as linhas programáticas das reformas políticas, sociais e económicas a pôr em prática depois da revolução das ideias, isto é através da educação das massas populares e não com a revolta armada, como propagandeavam os folhetos mais radicais. Numa perspectiva pacifista, os folhetos e os escritos de tendências democráticas expunham não tanto a destruição do velho sistema, mas sobretudo a construção de um sistema novo. A revolução, segundo estes autores, reveste-se de um carácter político - todos se mostram críticos sobre a gestão governativa vigente e mal toleram a monarquia - mas assume também, e antes de mais, um carácter eminentemente social. Nos folhetos mais radicais, por sua vez, os redactores não se detinham muito na análise conceptual e teórica. Optava-se por uma via pragmática. Por exemplo, nas colunas dos jornais *A Alvorada*, *A Republica* e o *Rabecão* incita-se o exército e o povo a pegarem em armas. A revolução seria a via redentora do povo oprimido, isto é, seria o querer do povo, legitimado no seio da intempérie revolucionária. "A revolução - lê-se no jornal *A Republica* - era tão necessária como o sangue nas veias para o extermínio da raça dos bandidos", ou seja, para não retardar a consolidação da liberdade. Apelos estes que colhem o seu modelo nas proclamações do Governo Provisório francês e na acção dos revolucionários nacionais, sobretudo de Mazzini e do húngaro Kossuth.

Instiga-se à revolta e induz-se à construção de barricadas, usando toda a gama de materiais e objectos. Neste sentido, era importante a instrução e a educação. Esta demopédia tornava-se imprescindível para cimentar a união da Nação portuguesa. Por exemplo, na folha *A Fraternidade*, o redactor dirige-se aos soldados e incita-os nestes termos: "[...] os vossos irmãos do povo estão dispostos a seguir o exemplo das outras nações e a abater por terra o trono perjuro. [...] Uni-vos aos vossos irmãos neste último esforço pela liberdade oprimida e juntamente participaremos da glória de ter salvado a nação.⁽⁴³⁾ Como vemos, para os mais radicais, não bastava a revolução das ideias, mas tomava-se necessária a revolta armada contra o regime monárquico: "a insurreição armada - afirma-se no periódico clandestino *A Alvorada* -, último grau da resistência legal, é legítima, é santa, é gloriosa, quando o governo se torna prepotente e hipócrita". É a salvação da pátria que legitima a revolta. É o espírito intemacionalista e universalista, mais do que o espírito patriótico, que dá voz ao grito de *O Regenerador*: "Península! Ó Península Ibérica! Se alguém nos perguntasse: quantos povos sois? Saibamos responder com energia: nós somos um povo, forte para o povo, soberano como o seu todo - somos uma república federada! E assim lutaremos pela fraternidade, liberdade e igualdade".

Muitos dos demo-republicanos e socialistas utópicos portugueses de meados de Oitocentos, mais do que uma mudança política, anseiam pela república social: reino da justiça onde se praticam as virtudes evangélicas, entre as quais ressaltam, significativamente, a filantropia e a tolerância. *O Século*, jornal de tendências socialistas e democráticas, exalta as doutrinas de Victor Considérant e Louis Blanc, dá uma particular importância à revolução republicana francesa de '48, aos direitos dos cidadãos e conclui que "as revoluções políticas são ao mesmo tempo um fim e um meio - fim grandioso e meio inevitável para conseguir o equilíbrio que o homem procura". Este equilíbrio era, na sua perspectiva, a tendência da revolução republicana de Fevereiro de 48. Porém, não se podia apressar o momento da regeneração política em Portugal, visto que, como se escrevia no jornal ⁴³

⁽⁴³⁾Maria Manuela Tavares Ribeiro, *A imprensa portuguesa e as revoluções europeias de 1848*, Lisboa, Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, 1987 e *Portugal e a Revolução de 1848*, Coimbra, Livraria Minerva, 1990.

do Porto, *O Ecco Popular*, "os movimentos imaturos comprometem as nações e atrasam o triunfo dos verdadeiros princípios."⁽⁴⁴⁾

Também os movimentos nacionais e os seus heróis, sobretudo Mazzini, Kossuth, Manin, são sobejamente referenciados na imprensa periódica portuguesa de meados de Oitocentos. Mas também na literatura social e política aparecem significativos exemplos. Citemos alguns: as cartas de Mazzini *O Papado e Resposta de Giuseppe Mazzini ao Sr. de Montalembert*, sendo também traduzidas as de Louis Blanc a Mazzini nos jornais do Porto *O Eco Popular* e *O Nacional*, em 1849. Em 1850, foi publicada a tradução da obra de Mazzini *O Papa no século XIX*. Em 1851, circula em Portugal a *République et royauté en Italie*, com o prefácio de Georges Sand. Vários artigos apologeticos da doutrina e da prática política do fundador da *Giovine Italia*, e artigos de autores de tendências socialistas e republicanas (António Pedro Lopes de Mendonça e António Rodrigues Sampaio) são dados à estampa no jornal *A Revolução de Setembro* ou no *Almanaque democrático para 1852* (José Félix Henriques Nogueira).

Sobre o chefe da revolução húngara, Kossuth, saíram vários artigos com o título *Kossuth e os húngaros*. Abundam também textos biográficos e o jornal de Coimbra *O Observador* publica a notícia sobre *Luis Kossuth e a Inglaterra* (1849).

Os escritores traduzem a realidade política e social também na poesia, nem sempre circunscrita às fronteiras nacionais. Exalta-se a liberdade e a emancipação dos povos no poema: *A Itália* de Augusto Lima (1848); Francisco Gomes Amorim, "poeta operário", dedica uma poesia a Garibaldi e à Hungria (1848); Jacinto Augusto de Santana Vasconcelos consagra uma ode à queda de Roma e deplora a sorte dos mártires húngaros (1848).

O exemplo destes homens, que combatem o despotismo imperialista, incendeia os poetas, inspira os dramaturgos, anima os jornalistas, eivados da fé na "Santa Igualdade", que reinaria no "futuro da Humanidade".

Nestes discursos de tendências socialistas e republicanizantes, mais ou menos radicais, evidencia-se um objectivo nodal: realizar o ideal ecuménico, que tornaria as nações membros de uma única e grande família, pela educação e instrução às classes menos favorecidas. A vontade popular, expressa através de uma livre e ampla eleição, pelo sufrágio universal, conduziria à união democrática e pacífica.⁴⁴

⁽⁴⁴⁾ *Idem, ibidem*.

Ideologicamente "progressista", e defendendo princípios democráticos, a literatura de tendência socialista e certa imprensa periódica e panfletária critica a administração pública vigente em Portugal e exalta a república. Aplauda-se a vitória republicana francesa de 48 e os movimentos nacionais europeus, mas, por outro lado, tem-se presente que a conjuntura interna portuguesa era bem diversa.

A revolução francesa de 1848 exalta a santificação de um princípio filosófico, mas também, na sua essência, humanitário - a tolerância. As doutrinas filantrópicas e a tolerância conduzem, naturalmente, ao pacifismo, assimilado também através das páginas do Evangelho: "Qual foi a revolução mais completa, mais admirável, mais fecunda, senão a do cristianismo? Não foi este que semeou preceitos admiráveis, os únicos que têm a força de transformar e modificar a humanidade?", escreve Lopes de Mendonça no jornal *Eco dos Operários*. Coexistência pacífica e cooperação internacional são a expressão máxima do amor evangélico.

Realizar simultaneamente o triunfo da democracia e do princípio da nacionalidade para alcançar a fraternidade internacionalista dos povos é o grito de esperança na canção de Béranger, nas obras de Lamennais, nos discursos de Mazzini, na ação de Kossuth e dos demoliberais, dos demorepublicanos e dos utópicos portugueses de meados de Oitocentos. Mas o caminho da paz para a emancipação dos povos e o pacto da humanidade celebra-se também no livre exercício da soberania nacional.

Iberismo e europeísmo

Na Península Ibérica, nos meados do século XIX, suscitado pela emancipação das novas nações e a conseqüente formação de vários nacionalismos, ganha novo alento o debate sobre a questão ibérica.

A questão ibérica, questão velha de muitos anos, alcançará em Portugal a sua maior importância na segunda metade do século XIX, em particular depois da publicação da obra de D. Sinibaldo de Mas, *A Ibéria*, em 1852. Questão que deve ser analisada também como fenómeno cultural. Este ideal, que projecta em si mesmo as lutas pela consolidação do Estado-Nação no contexto do reordenamento europeu, que resultava da emergência de novas nações, de novas alianças e impérios, apresenta-se no plano teórico como uma consequência lógica dos princípios que

inspiraram "muitos partidários da paz e da fraternidade universal".⁽⁴⁵⁾ O iberismo insere-se, portanto, num contexto mais amplo do que o das relações entre Portugal e Espanha. Se, para os espanhóis, o problema ibérico continuava a estar ligado a uma necessidade real - as reivindicações autonomistas permaneciam e continuavam a existir - em Portugal, a questão era essencialmente teórica. Ela era problematizada neste dúplice aspecto: salvaguardar a identidade nacional e não bloquear a integração de Portugal no já longo percurso da construção da *cosmopolis*. Por outras palavras, a justificação do iberismo conduzia à entificação da humanidade, passo específico no sentido da utilização de ideais cristãos, secularizados, da república universal e da paz perpétua.

Perante a concepção iluminista da visão universal do homem, o romantismo procurou demonstrar que a universalidade implicava também especificidade, isto é, a estruturação do novo poder burguês exigia o reforço do Estado-Nação. Esta coexistência da componente iluminista de tendência universalista e das realidades nacionais estruturais é claramente explicitada pela corrente federalista do iberismo⁽⁴⁶⁾.

O movimento iberista aparece ligado ao desenvolvimento económico e científico. Assim, a manifestação do iberismo foi condicionada pelo crescente desenvolvimento capitalista da segunda metade de Oitocentos.

A ideia de progresso, em Portugal, esteve sempre ligada ao desejo de superar uma situação de crise. A sociedade portuguesa oitocentista viveu perenemente na angústia da decadência e na esperança da regeneração. O trauma provocado pela perda do Brasil (1822-1825), o contraste em relação às sociedades transpirenaicas e a ameaça de hegemonia por parte das grandes potências europeias explicam os projectos iberistas como meio e forma de regeneração da sociedade portuguesa. Visava-se

⁽⁴⁵⁾ *Diario da Camara dos Pares do Reino*, sessão de 21 Maio 1869.

⁽⁴⁶⁾ F0_{man}do Catroga, "Nacionalismo e Ecumenismo. A Questão Ibérica na segunda metade do século XIX", *Revista Cultura, História e Filosofia*, Lisboa, vol. IV, Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, pp. 419-463; Maria da Conceição Meireles Pereira, *A Questão Ibérica. Imprensa e Opinião (1850-1870)*, 2 vols., 1995, tese de doutoramento, policopiada, e *Felizes os que então viverem! Estados Unidos da Ibéria - uma eucronia federativa de Joaquim Maria da Silva*, Vila Nova de Famalicão, Quasi Edições, 2006, *Introdução*, pp. 7-62 e Sérgio Campos de Matos, "Iberismo e Identidade Nacional (1851-1910)", *Clio*, Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa, Nova Série, voi. 14-15, 2006, pp. 349-400.

a superação de um estado de subalternidade dos Estados periféricos em relação aos países imperialistas: sentimento imperialista de um país que tinha tido um grande império, e a crescente convicção anti-imperialista, sobretudo em relação à Inglaterra.

Portugal chegou ao século XIX com muitas das questões que atormentavam os outros povos já resolvidas: estabilidade das fronteiras, unidade de língua, de religião (a católica) e de poder político. Porém, a consolidação do Estado-Nação foi lento. A propaganda pró-liberal, a luta contra o invasor francês (1807-1811) e contra a influência económica e militar inglesa exacerbaram o nacionalismo português. O que em algumas zonas da Europa foi vivido em termos de luta pela autodeterminação nacional, em Portugal suscitou o debate sobre o seu posicionamento no contexto europeu. Assim, a questão ibérica, inserindo-se na polémica europeia das nacionalidades, quase não contou com apoio social, entenda-se apoio popular, mas ficou circunscrita a um debate essencialmente ideológico.

Foram diferentes os modos de a conceber, quer pelo que diz respeito às vias propostas para a sua realização, quer pelas modalidades políticas que deviam dar forma ao iberismo. À parte algumas posições belicistas, os iberistas defendiam o recurso à adesão voluntária: a construção da *Jovem Ibéria* devia ser uma resultante da aplicação do princípio da soberania popular, para alguns, no quadro do regime monárquico de cariz mais liberal; para outros, como resultante da democratização e da republicanização da Península Ibérica. Distinguem-se, assim, duas opções iberistas fundamentais: a unionista e a federalista. Os unionistas tinham uma concepção centralizada do Estado; o seu modelo era a *Giovine Italia* de Mazzini. Segundo eles, a reconstrução do equilíbrio europeu passava pela edificação de grandes nações. Nesta óptica, tornava-se urgente demonstrar que, só no seio de uma Península forte e centralizada, Portugal teria tido a possibilidade de enfrentar as pretensões dos novos impérios. A proposta federalista, por sua vez, concilia as tendências ecuménicas com as exigências das nações específicas. Em Portugal, foi sobretudo com a publicação da obra de José Félix Henriques Nogueira, *Estudos sobre a reforma em Portugal* (1851), que a tese federalista teve a sua explicação mais sistemática; também outros contemporâneos defenderam estas posições (Lopes de Mendonça, Casal Ribeiro, Sousa Brandão, Custódio José Vieira). De igual modo, a conjuntura de 1848 favoreceu o debate sobre o iberismo, enquanto a revolução espanhola

de 1868 e os ecos dos movimentos socialistas e republicanos explicam o ressurgir da polémica nos anos 60 e 70, a qual está na base tanto do internacionalismo socialista (Antero de Quental e Oliveira Martins), quanto do federalismo republicano teorizado por Teófilo Braga, Teixeira Bastos, Carrilho Videira e outros.

O problema do iberismo arrastava consigo o problema da Europa. O modo como os unitaristas concebiam os Estados Unidos da Europa não coincidia com o modelo propugnado pelos federalistas. De qualquer modo, esta diferença era análoga àquela que existia entre a *Giovine Europa* de Mazzini e o ideal europeu de Proudhon.

Os unionistas sustentavam que o equilíbrio e a cooperação pacífica entre os povos requeriam que se consolidassem Estados extensos e fortes o que, de imediato, teria condenado a existência das pequenas nações. Recorde-se a estratégia de Luís Napoleão Bonaparte ao apoiar a unificação italiana e a ibérica como meio eficaz para bloquear o expansionismo germânico e eslavo e sustentar o imperialismo britânico, equilibrando assim a comunidade europeia. Para os federalistas, por outro lado, a harmonia baseava-se na paz universal e no respeito pela existência das pequenas nações, que teriam estabelecido livremente pactos federais.

Em ambas as opções, era comum o desejo de criar uma via para a integração europeia como garantia da autonomia do país e da defesa das ambições de hegemonia. Todas as correntes acreditam nos Estados Unidos da Europa, ligados por vínculos indissolúveis. Como afirma António Enes em 1870: "compreendido nos Estados Unidos da Europa, Portugal seria respeitado e livre".⁽⁴⁷⁾

Recorde-se que Mazzini reforçara o conceito de Estados Unidos da Europa que, em 1848, Cario Cattaneo definira como "Estados unidos da livre Europa". Em Portugal, esta expectativa teve eco no campo teórico, mas a sua tradução no campo prático foi mais ténue. Verificaram-se ⁴⁷

⁽⁴⁷⁾Antonio Enes, *A Guerra e a Democracia*, 1870. Leia-se Fernando Catroga, "Nacionalistas e iberistas", in *História de Portugal*, dir. de José Mattoso, vol. 5, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp. 545-561; Amadeu Carvalho Homem, "O tema do iberismo no republicanismo federalista português (1870-1910)", in *O Federalismo Europeu. História, Política e Utopia*, Lisboa, Edições Colibri, 2001, pp. 81-88; Ernesto Castro Leal, "O federalismo republicano português. Alguns aspectos (1919-1926)", in *O Federalismo Europeu...*, cit., pp. 119-132; João Medina, "Iberismo", in *Dicionário de Eça de Queirós*, Lisboa, Caminho, 1988, pp. 331-333.

momentos propícios à sua propaganda em 1848, quando espanhóis e portugueses deram *Vivas à Península*, em Paris; nos anos 60 e 70, com o contacto entre os federalistas dos dois países ibéricos e depois, em 1890, o *Ultimatum*, decretado pela Inglaterra a Portugal, provocou manifestações de solidariedade entre portugueses e espanhóis, animadas sobretudo por republicanos que declaravam ferverosa hostilidade ao imperialismo britânico.

Além dos panfletos publicados, dos debates parlamentares, das polémicas, a questão, mais pensada do que vivida, mais teórica do que concretizada, foi, no caso português, mais uma "filosofia utópica" de realização futura. O iberismo previu muitos dos aspectos que hoje vivemos, despertou esperança, mas reavivou então um espectro, o perigo de absorção por parte do imperialismo espanhol.

Federalismo e Municipalismo

Durante o século XIX, entre nós, um debate foi-se consolidando sobre uma questão contrastante - o confronto de duas vias: a da centralização e a da descentralização⁽⁴⁸⁾.

Um dos intelectuais que melhor sistematizou a coexistência de uma estrutura política interna, que tomava corpo com a confederação dos municípios, coexistente com a federação a nível externo, foi, sem dúvida, José Félix Henriques Nogueira. Ele compreendeu a necessidade de afirmação de uma estrutura política que fosse omnipresente em todo o território nacional. Deste modo, a organização vertical do poder, da sua base (a freguesia), ao seu ápice (a capital), era mediada pelas estruturas municipais. Como tal, os municípios eram parte essencial do Estado-Nação. A unidade político-administrativa fundamental, como instituição do poder local, transformava-se num pequeno Estado que, ao aplicar as leis gerais, contribuía para o desenvolvimento da unidade nacional.

O autor de *O Município no século XIX* (1856) propugnava, no edifício político, pela substituição da monarquia pela república. Para ele,

⁽⁴⁸⁾Maria Manuela Tavares Ribeiro, "Centralização/Descentralização. Uma Polémica nos meados do Séc. XIX", *Revista de Ciências Históricas*, Porto, Universidade Portucalense, vol. 5, 1990, pp. 343-352 e *Lopes de Mendonça. A Obra e o Pensamento*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1974 (tese de licenciatura policopiada).

a democracia erguia-se com base na igualdade dos cidadãos mediante o sufrágio universal. A participação activa do cidadão na vida política exigia a liberdade de escolha democrática, e esta, por sua vez, so era possível através da educação do cidadão. Como para Mazzini, o povo era redimido através da educação, o mesmo é dizer, o povo, sujeito e protagonista da história, seria o mediano da revolução divina.

Segundo Henriques Nogueira, a formação do cidadão tem as suas raízes no acesso universal ao ensino laico. A democracia não teria sido possível sem a transformação do homem comum em cidadão informado. A seu ver, a instrução, ministrada nas escolas municipais, estimulada pela imprensa, teria um papel essencial na formação da opinião pública.

Do ponto de vista religioso, Henriques Nogueira encarnava os valores do cristianismo social⁽⁴⁹⁾. Ele procurou reactualizar os valores do cristianismo primitivo (fraternidade, igualdade, tolerância, caridade) e propor, a esta luz, a renovação do catolicismo; antes de mais, visava o estabelecimento da ordem na sociedade e a moralização do cidadão na República⁽⁵⁰⁾.

As leituras dos ideólogos do seu tempo, Louis Blanc, Victor Hugo, Charles Fourier, Giuseppe Mazzini, entre outros, e a viagem empreendida em 1853, que o levou a Inglaterra, Alemanha, Bélgica, França e Espanha, alargaram os seus horizontes políticos e explicam também os seus ideais ecumenistas.

Em consequência de tudo isto, o autor elaborou a sua proposta para a instituição de uma república universal; nesta óptica, tornava-se prioritária a sua solução da questão peninsular. Reflectindo sobre a realidade política europeia, admitia a federação como solução provável para a independência dos italianos, alemães, eslavos e húngaros. O federalismo devia afirmar-se politicamente com o fim da hegemonia da

⁽⁴⁹⁾ Maria Manuela Tavares Ribeiro, "O cristianismo social de 1848", *Revista de História das Ideias*, Coimbra, vol. 9, 1987, pp. 481-494.

⁽⁵⁰⁾ Vítor Neto, "Iberismo e municipalismo em J. F. Henriques Nogueira", *Revista de História das Ideias*, Coimbra, vol. 10, 1988, pp. 753-768, e *As ideias políticas e sociais de José Félix Henriques Nogueira*, Torres Vedras, Edições Colibri, Câmara Municipal de Torres Vedras, 2005; Fernando Catroga, *O Republicanismo em Portugal, da formação ao 5 de Outubro de 1910*, vol. II, Coimbra, Faculdade de Letras, 1991, pp. 167-192.

Inglaterra, França, Rússia e Áustria e com a afirmação de novas nações: a Itália, a Alemanha, a Hungria e a Polónia.

É compreensível a mitização com que ele olhava os "heróis" que tinham lutado pela autonomia dos povos: Mazzini, "profeta da unidade italiana" e "Catão da hodierna Roma", Manin, presidente da República de Veneza, "liberal de coração e de acção", Kossuth, "símbolo da revolução da Hungria".

Os seus modelos, a Suíça e os Estados Unidos da América (tinha lido Victor Hugo, Fourier, Mazzini e Tocqueville), eram modelos políticos do federalismo que considerava como "única via possível que conduzia a uma real persistência das nacionalidades". A Humanidade teria a harmonia e a paz na aplicação do princípio federativo que encarnava o ideal evangélico da fraternidade entre os povos.

Mas também, como para Mazzini, para Henriques Nogueira, o fim último é a Humanidade, mediada sempre pela Nação. A propósito, lembrem-se ainda as palavras do pensador italiano: 'Ogni popolo ha una missione speciale e coopera al compimento generale dell'umanità. Quella missione costituisce la sua nazionalità. La nazionalità è sacra [...] L'Umanità non sarà veramente costituita se non quando tutti i popoli che la compongono, avendo acquistato il libero esercizio della loro sovranità, saranno associati in una federazione repubblicana per dirigersi, sotto l'impegno di una dichiarazione di principi e di un patto comune, allo stesso fine: scoperta e applicazione della legge morale universale'⁽⁵¹⁾.

Em conclusão, foi forte o impacto das revoluções europeias de 1848 e, se a realidade mostrou a fragilidade dos progressistas portugueses, a consciência da diversidade entre as expectativas e as suas possibilidades reais de concretização levou, todavia, a uma vasta produção literária de inequívoca orientação socialista e demo-republicana, a qual continuou a exercer a sua influência nas décadas posteriores.

Foram, portanto, aspirações conjunturais. De qualquer modo, a experiência de meados do século XIX, por ter constituído esperança, regeneração, mas também um consciente sentimento de crise, terá valor para a sua inserção e para a sua persistência na mitologia republicana dos anos de fim de século.

⁽⁵¹⁾ *Statuto dell'atto di fratellanza -15 aprile 1834 - Polacchi Tedeschi e Italiani.*

A permanência de Mazzini

Inquietude e temor provocaram os exilados italianos, polacos e húngaros que se recolheram em Portugal em consequência dos eventos revolucionários europeus de 1848-1849. Os nomes de Mazzini, Ledru-Rollin, Kossuth são citados frequentemente e os periódicos liberais moderados e absolutistas denunciavam as suas suspeitas em relação a uma possível revolução democrática e liberal. Assim, por exemplo, se exprime o jornal legitimista *A Nação*: "Não há homem vigoroso e nobre, homem religioso e puro, homem animado pelas ideias de verdade e justiça, que não se sinta estremecer de indignação ao escutar as infames mentiras, as calúnias vis e repugnantes, que os revolucionários sem fé, sem pudor, sem honra e sem dignidade estão a proclamar aqui à face da Europa"⁽⁵²⁾.

A criação da Carbonária Lusitana em Coimbra, a formação do triunvirato republicano em Lisboa, em 1848, e as insurreições dispersas que surgem em alguns pontos de Portugal alimentavam a ideia de que alguns chefes revolucionários, entre eles Mazzini e Kossuth, instigavam o espírito dos democratas portugueses. Assim, quando teve lugar a revolta de 1851 no Porto, comandada pelo Marechal Saldanha, e que afastou do poder Costa Cabral, correu voz que Mazzini se encontrava em Portugal. A 3 de Maio de 1851, o conde Bovone escreveu ao Ministro dos Estrangeiros, em Turim, e referia: "le bruit court que Mazzini est entré depuis deux jours à Lisbonne venant de l'Espagne sous un nom déguisé. La police a fait des recherches jusqu'à présent infructueuses". E alguns dias depois acrescentava: "Malgré toutes les recherches de la police on n'a pas pu découvrir Mazzini. Hier on disait que ce n'était pas lui, mais un de ses émissaires qui était arrivé. Néanmoins je n'y ajoute pas trop de foi, et je crois plutôt qu'on a fait courir cette nouvelle, dans ces jours d'effervescence pour animer davantage les démocrates socialistes"⁽⁵³⁾.

⁽⁵²⁾ *A Nação*, Lisboa, η. 1173, 4 Setembro 1851.

⁽⁵³⁾ Archivio del Ministro Affari Esteri di Roma, Legazione di Sardegna a Lisbona, busta 3: 1850-1852, rapporti del 28 aprile 1851, n. 42, 3 e 5 de maggio, n. 46. Cf. E. Michel, *art. cit.*, p. 463. Veja-se ainda o jornal *A Revolução de Setembro*, Lisboa, n. 2815, 14 Agosto 1851, p. 1, col. 1 e n. 2818, 17 Agosto 1851, p. 1, col. 1.

Todavia, não foi confirmada a presença de Mazzini em Portugal. Aos seus emissários, que agiam na clandestinidade, devia-se a propaganda democrática, de que a imprensa liberal portuguesa fazia publicidade. Sobre este assunto, a 18 de Julho, o barão austríaco De Walter comunicava ao Príncipe Schwarzenberg: "les deux émissaires de Mazzini sont encore ici. Ils dominant dans les clubs révolutionnaires et ce ne sera certes par faute d'excitation de leur part si leurs disciples ne descendent pas dans la rue pour engager la lutte avec la société."⁽⁵⁴⁾.

Os acontecimentos em Itália e as revoluções nacionais são descritas circunstanciadamente, quer na imprensa liberal, quer na imprensa com tr arrevolucionária.

Em 1852, passa por Lisboa o húngaro Lajos Kossuth. Os democratas portugueses entusiasmam-se com o herói da revolução húngara^{54 (55)}. Também os exilados italianos em terra portuguesa testemunharam o seu sentimento de admiração a Kossuth, partilhando dos mesmos ideais de independência do jugo imperial.

Um período de calma política em Portugal, a partir de 1852, permitiu uma regeneração económica num país que desejava acertar o passo pela Europa. Regista-se, então, um escasso número de residentes italianos, entre nós, (cerca de 99), e nem todos eram exilados políticos. O momento já não era muito propício à actividade revolucionária. A verdade, porém, é que a propaganda mazziniana encontraria ainda eco entre os intelectuais portugueses dos anos 70. Assimilou-se, de diferentes modos, a sua doutrina. Os seus ideais foram exultados por uns e rejeitados por outros. Chorou-se a sua morte. Exaltou-se o seu patriotismo ou contestou-se a sua acção. Permaneceu a memória do "célebre agitador italiano", do "fioso patriota", do "ideólogo-chefe da revolução", de "um dos primeiros republicanos do mundo", em suma, de Mazzini⁽⁵⁶⁾.

⁽⁵⁴⁾ Staatsarchiv, Vienna, *Portugal*, A. 1851, relatório de 18 de Julho, n. 21b. Cit. por E. Michel, *art. cit.*, p. 464.

⁽⁵⁵⁾ *A Revolução de Setembro*, Lisboa, n. 2380, 24 Fevereiro 1850, p. 2, col. 2-3; n. 3121, 25 Agosto 1852, p. 3, col. 2-3.

⁽⁵⁶⁾ *A Revolução de Setembro*, Lisboa, n. 8922, 14 Março 1872, p. 2, col. 1-2; *O Comércio do Porto*, Porto, n. 63, 17 Março 1872, p. 1, col. 3; *A Nação*, Lisboa, n. 8129, 16 Março 1872, p. 2, col. 3 e n. 8130, 17 Março 1872, p. 2, col. 2.

Mazzini nas Bibliotecas Portuguesas*

A. Bibliografia Activa

Dei Doveri dell'uomo. Fede e Avvenire. Il edizione. Ed. del centenario. A cura de Paolo Rossi. Edizione du Cent grand Universate Mursia. Nuova Serre, 10, Milano, Ed. Mursia, 1972.

O Papa no século dezanove, Lisboa, Imprensa de Lucas Evangelista, 1850.

Pensieri di Mazzini, scelto da Egisto Roggero, Lanciano, G. Carabba-Editore, 1919, 231 p.

Scritti editi ed inediti di Giuseppe Mazzini, 2 vols, Imola, Galeati, 1966-1967.

Scritti editi ed inediti di Giuseppe Mazzini, Zibaldone Giovanile, Imola, Galeati, 1965-1967.

Scritti. Scelti, ordinati ed annotati con prefazione di Rosolino Guastalla, Torino, G.B. Paravia e C, 1993, Vili + 283 p.

Scritti. Scelti a cura della R. Commissione per l'Edizione Nazionale degli scritti di Giuseppe Mazzini, Bologna, Nicola Zanichelli, 1920, VII + (1) + 319 + (5) p.

Scritti. Scelti, Prefazione e Nota di Felice Momigliano, Nuova edizione corretta, Firenze, "La Nuova Italia", Editrice, 1923, X + (2) + 299 p.

Scritti Letterari. Con un saggio di Eurico Neucioni, Milano, Istituto Editoriale Italiano, s.d., voi. 1, 360 p., vol. II, 332 p.

B. Bibliografia Passiva

Atti del Colloquio Internazionale sul Sismondi. Roma, Academia Nazionale dei Lincei, 1973, 308 p.

BERTACCHI, Giovanni - *Mazzini*, II edizione, Milano, Casa Editrice Alpes, 1925, 200 p.

BERTAN A, Emilio - "Dante e Mazzini", *Il giornale dantesco.* Diretto da Luigi Pietrobono, vol. XXIV, fase. 2°, Firenze, Leo S. Olschki, 1921, pp. 73-84.

BOTTAL, Giuseppe - "Il pensiero e l'azione di Giuseppe Mazzini", *Incontri*, Milano, 1938, pp. 45-94.

BOULLIER, Auguste, Victor - *Emmanuel et Mazzini, leurs négociations secrètes et leur politique*, Paris, Librairie Plon, 1885, 247 p.; suivi de M. de Bismarck et Mazzini, pp. 249-287.

* A recolha dos dados apresentados relativos às obras de Mazzini e aos textos sobre Mazzini, realizada nas bibliotecas portuguesas, não é de forma alguma exaustiva.

- BOZA MASVIDAL, Amelio - "Actualidad de las ideas de Mazzini", *Universidad de la Habana, Cuba*, n.os 73-74-75, Julio-Diciembre, 1947.
- BRÉVAL, M. Jules de - *Mazzini jugé par lui même*, Paris, Plon Frères, Libraires-Éditeurs, 1853, 215 p.
- CANTARELLI, Loreno - "Il partito Mazziniano "La Giovine Italia". Programa, organizzazione e storia (1922-1925)", *Il Politico*, Pavia, Anno XL VII, n.º 2, 1982, pp. 351-385.
- CARROMEU, Francisco - *Dicionário de Carbonária em Portugal*, 2007 (policopiado).
- CASTILLE, Flipollyte - *Mazzini*, Paris, E. Deutu, Libraire-Éditeur, 1859, 63 p.
- COSTA, D. Antonio de Macedo - *Pio IX, Pontífice e Rei. Exame das principais objecções contra o poder temporal do Papa*, Lisboa, Typographia de J.J. de Carvalho, 1861, 83 p.
- Enciclopédia Verbo Luso-Brasileira de Cultura*, Lisboa, Verbo, 1972, voi. 13, p. 85 (com retrato do Museu Britânico de Londres).
- FALCO, Giorgio - *Giuseppe Mazzini e la Costituente in pagine sparse di storia e di vita*, Milano/Napoli, 1960, pp. 411-516.
- FRATTAROLO, Renzo - "Mazzini critico". *Sta nella rivista Accademie e Biblioteche d'Italia*, Anno XL, nº 3, pp. 213-219, Roma, Fratelli Palombi Editore, 1972.
- GIUSTI, Wolfgang - "A. I. Herzen e soi rapport com Mazzini e TItalia". Sta Nella rivista *L'Europa Orientale* - Anno XV, nº 11-12, Roma, 1935, pp. 483-495; Anno XVI, nº 1-2, Roma, 1936, pp. 22-37; Anno XVI, nº 3-4, Roma, 1936, pp. 95-109; Anno XVI, nº 5-6, Roma, 1936, pp. 200-223.
- GRANA, Gianni - "Mazzini e la letteratura", in *Orientamenti Culturali. Letteratura italiana*. I Minori, vol. IV, Milano, Casa Editrice Dott. Carlo Marzorati, 1962, pp. 2585-2630.
- Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Lisboa-Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia Limitada, 1947, voi. 16, p. 655.
- MACALUSO, Giuseppe - *Dante, Foscolo, Mazzini e la tradizione iniziatica*, Roma, Pensiero e Azione, 1965, 364 p.
- MACALUSO, Giuseppe - *Leone Tolstoi e Giuseppe Mazzini*, Roma, Pensiero e Azione, 1971, 428 p.
- MARIO, Jessie Meriton White - *Della vita di Giuseppe Mazzini*, Milano, Soc. Ed. Sonzogno, 1908, XII + 499 p.
- MENDONÇA, Antonio Pedro Lopes de - *A Itália Política (Recordações)*, voi. II, Lisboa, Typographia do Centro Commercial, 1853, pp. 265-290.
- MICHEL, Ersilio - *"Esuli politici italiani in Portogallo. Memorie e documenti*, Roma, Reale Accademia d'Italia, 1940, pp. 443-468.
- MONTANELLI, Giuseppe - *Appunti storici sulla Rivoluzione d'Italia*. A cura di Alberto Alberti, Torino, Chiantore, 1945, 374 p.

- MORELLI, Emilia - "Mazzini nel 1860", *Nuova Antologia*, Roma, n° 1917, 1960, pp. 9-16.
- OSSANI, Anna T. - "Letteratura e Politica", in Giuseppe Mazzini, *Publicazioni dell'università di Urbino. Série di lettere e filosofia*, vol. XXXI, Urbino, Argalia Editori, 1973, 219 p.
- PANELLA, Antonio - *Gli Antimachiavellici*, Firenze G.C. Sansoni Editore, 1943, 1 voi., 135 p.
- PARMENTOLA, Vittorio - "Mazzini e la democrazia europea", *Cultura e scuola*, Roma, Anno XII, n° 45/46, Biblioteche Popolari e Scholastiche, 1973, pp. 20-25.
- SALVATORELLI, Luigi - "Mazzini e labour", *La cultura*, Milano, Anno XII, nuova serie, n° 4, Società Editrice "Lacultura", 1933, pp. 848-860.
- SALVEMINI, Gaetano, *Mazzini*, 4ª ed., Firenze, soc. Na Editrice "La Voce", 1925, 207 p.
- SAPONARO, Micheli *e-Mazzini*. Nuova edizione riveduta com 16 illustrazioni, VI edizione, Milano, Arnoldo Mondadori Editore, 1954, 653 p.
- SCIROCCO, Alfonso - "Mazzini e i Democratici italiani", *Cultura e Scuola*, Roma, Anno XII, n° 45/46, Biblioteche Popolari e Scholastiche, 1973, pp. 7-19.
- TODA, Misato - *Enrico Malatesta. Da Mazzini a Bakunin. La sua formazione giovanile nell'ambiente napoletano (1868-1873)*, Napoli, Guida Editori, 1988, 147 p.
- TRAMOROLLO, Giuseppe - "Proposta di bilancio centenàrio di Mazzini", *Cultura e Scuola*, Roma, Anno XII, n° 45/46, Biblioteche Popolari e Scholastiche, 1973, pp. 55-66.

C. Em Publicações Periódicas

- "Carta de Giuseppe Mazzini a M.M. Tocqueville e Falloux", *O Nacional*, Lisboa, n.º 231, 8-10-1849, p. 2, col. 3 e p. 3, cols. 1-2; n.º 232, 9-10-1849, p. 2, col. 3 e p. 3, cols. 1-2; n.º 233, 10-10-1849, p. 1, col. 3, p. 2 e p. 3, cols. 1-2.
- "O Papado. Resposta de Jose Mazzini a Mr. De Montalembert", *O Nacional*, Porto, n.º 280, 5-12-1849, pp. 1-2.
- "As mentiras dos revolucionarios", *A Nação*, Lisboa, n.º 1173, 3-9-1851, pp. 1-2.
- "As mentiras dos revolucionarios", *A Nação*, n.º 1174, 4-9-1851, pp. 1-2.
- "Eis os termos...", *A Revolução de Setembro*, Lisboa, n.º 2754, 30-5-1851, p. 2, col. 3.
- "Cremos que Mazzini está entre nós", *A Revolução de Setembro*, n.º 2815, 14-8-1851, p. 1, col. 1.

- "Mazzini. O Papa no século XIX...", *A Revolução de Setembro*, n.º 2846, p. 4, col. 1.
- NOGUEIRA, José Félix Henriques, "J. Mazzini", *Almanaque Democrático para 1852*, Lisboa, Tipografia Social, 1851.
- "Os jornaes ministeriaes", *Archivo Universal*, Lisboa, anno I, 2ª série, n.º 9, 29-8-1859, p. 129.
- "Faltaram-nos hontem os jornaes...", *A Opinião*, Lisboa, n.º 1193, 22 de Dezembro de 1860, p. 1.
- "Susponderam-se as hostilidades...", *A Opinião*, n.º 1196, 27-12-1860, p. 1, col. 2.
- "Continua a irregularidade...", *A Opinião*, n.º 1201, 3-1-1861, p. 1, col. 2.
- "A *Unita Italiana*, periódico mazziniano...", *A Nação*, n.º 4013, 16-4-1861, p. 3, col. 3.
- "A morte de Cavour...", *A Nação*, n.º 4060, 14-6-1861, p. 1, col. 1.
- "Unidade italiana", *A Nação*, n.º 4062, 17-6-1861, p. 2, cols. 1-2.
- "A morte do conde de Cavour...", *A Nação*, n.º 4065, 20-6-1861, p. 1, col. 4.
- "Itália - Em uma correspondência...", *A Nação*, n.º 4068, 25-6-1861, p. 3, col. 3.
- "Não se deve perder de vista...", *A Nação*, n.º 4069, 26-6-1861, p. 1, cols. 1-3.
- "Temos folhas de Paris...", *A Revolução de Setembro*, n.º 5749, 9-7-1861, p. 1, col. 1.
- "Permita, meu caro amigo...", *A Revolução de Setembro*, n.º 5758, 19-7-1861, p. 1, col. 1.
- "Itália - D'uma carta...", *A Nação*, n.º 4097, 30-7-1861, p. 3, col. 4.
- "Italia - Segundo diz...", *A Nação*, n.º 4157, 9-10-1861, p. 3, col. 4.
- "A Pio IX, Papa, por José Mazzini", *A Expressão da Verdade*, (1866-68), vol. II, n.º 8, 3 de Fev. 1867, pp. 29-31.
- "Apontamentos para a história...", *O Conimbricense*, Coimbra, n.º 2166, 28-4-1868, p. 3.
- "À prisão de Mazzini respondem o partido radical italiano...", *República Federal Folha política e noticiosa*, n.º 13, 8-9-1870, p. 2, col. 4.
- "José Mazzini", *Diário de Notícias*, Lisboa, n.º 2215, 13-3-1872, p. 1, cols. 2-3.
- "Morreu Mazzini...", *O Tribuna Popular*, Coimbra, n.º 1681, 13-3-1872, p. 3, col. 4.
- "Morte de Mazzini", *A Revolução de Setembro*, n.º 8922, 14-3-1872, p. 1, cols. 1-2.
- "Não tem estado ociosa...", *A Nação*, n.º 8129, 16-3-1872, p. 2, cols. 2-3.
- "A morte de Mazzini...", *A Nação*, n.º 8130, 17-3-1872, p. 2, col. 1.
- "A morte de Mazzini...", *O Comércio do Porto*, Porto, n.º 63, 17-3-1872, p. 1, col. 3.
- "As notícias da Itália...", *A Nação*, n.º 8135, 23-3-1872, p. 1, col. 5.
- "Foi trasladado o busto de Mazzini", *A Nação*, n.º 8135, 23-3-1872, p. 1, col. 5.

"O enterro de Mazzini", *O Tribuno Popular*, Coimbra, n.º 1684, 24-3-1872,
p. 3, cois. 2-3.

"Na Itália não correm...", *A Nação*, n.º 8140, 3-4-1872, p. 2, cols. 3-4.

"Mazzini", *A Voz da Justiça*, Figueira da Foz, 2-7-1905.